

ULTRAFÉRTIL S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2017 e 2016

Índice

1 – Relatório da administração	- 3 -
2 -Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	- 4 -
3– Demonstrações Financeiras	- 7 -
3.1 – Balanço patrimonial	- 7 -
3.2 – Demonstração do resultado	- 8 -
3.3 – Demonstrações do resultado abrangente	- 9 -
3.4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	- 10 -
3.5 – Demonstrações dos fluxos de caixa	- 11 -
3.6 – Demonstrações do valor adicionado.....	- 12 -
4 – Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	- 13 -
4.1 – Contexto operacional	- 13 -
4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras	- 14 -
4.3 - Principais políticas contábeis.....	- 18 -
4.4 – Caixa e equivalentes de caixa	- 23 -
4.5 – Contas a receber	- 23 -
4.6 – Partes relacionadas	- 24 -
4.7 – Estoques	- 24 -
4.8 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar	- 24 -
4.9 – Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais.....	- 25 -
4.10 – Sinistros a recuperar e demais ativos.....	- 25 -
4.11 – Imobilizado	- 26 -
4.12 – Intangível	- 27 -
4.13 – Fornecedores e contas a pagar	- 28 -
4.14 – Empréstimos, financiamentos e debêntures	- 28 -
4.15 – Tributos a recolher, tributos a recolher sobre o lucro	- 30 -
4.16 – Obrigações sociais e trabalhistas	- 30 -
4.17 – Dividendos propostos.....	- 30 -
4.18 – Demais passivos.....	- 30 -
4.19 – Patrimônio líquido.....	- 31 -
4.20 – Receita líquida de serviços prestados	- 32 -
4.21 – Custos dos serviços prestados	- 32 -
4.22 – Receitas (despesas) operacionais.....	- 33 -
4.23 – Resultado financeiro	- 34 -
4.24 – Imposto de renda e contribuição social	- 34 -
4.25 – Benefícios a empregados.....	- 35 -
4.26 – Gestão de riscos financeiros	- 37 -
4.27 – Eventos subsequentes.....	- 40 -
5 – Administração - Conselheiros e Diretores	- 41 -

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Ultrafertil S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 21 de março de 2018.

A Administração.

2 -RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Ultrafertil S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ultrafertil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultrafertil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Gastos com Ativo Imobilizado

Conforme notas explicativas 4.3.g e 4.11 às demonstrações financeiras, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 2.708.002 mil, dos quais R\$ 2.495.568 mil referem-se a benfeitorias em curso que foram capitalizadas em 2017. Considerando os investimentos expressivos realizados nos últimos anos e o alto grau de julgamento exercido pela Companhia para determinar o momento de transferência dos projetos em andamento para a conta definitiva, que é crucial para a determinação do início da depreciação, e o impacto que uma alteração dos julgamentos exercidos na ativação dos gastos pode ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, dos controles internos relevantes relacionados ao processo de compras, transferência dos projetos em andamento para as respectivas contas definitivas, conclusão dos projetos em andamento e determinação do início do registro dos encargos de depreciação. Com base em uma amostra, consideramos a adequação da transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas e avaliamos a natureza desses investimentos. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do imobilizado, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração, por terem sido considerados

imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que no tocante à capitalização de gastos o saldo do ativo imobilizado é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3– DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 – Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	21.535	100.756
Contas a receber	4.5	26.413	11.671
Estoques	4.7	9.366	3.099
Tributos a recuperar	4.8	4.025	8.859
Tributos antecipados sobre o lucro	4.8	335	-
Sinistros a recuperar	4.10	338	21.183
Despesas com dragagem pagas antecipadamente		20.072	-
Demais ativos	4.10	1.338	697
		83.422	146.265
Não circulante			
Depósitos judiciais	4.9	68	-
Tributos a recuperar	4.8	1.538	-
Tributos diferidos sobre o lucro	4.24(a)	2.396	1.867
Despesas com dragagem pagas antecipadamente		117.086	41.140
Demais ativos	4.10	23.312	21.209
Imobilizado			
Intangível	4.12	316.031	86
		3.168.433	2.552.456
Total do ativo		3.251.855	2.698.721
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.14	94.714	29.599
Debêntures	4.14	10.872	12.651
Fornecedores	4.13	39.684	56.516
Contas a pagar	4.13	21.050	-
Tributos a recolher	4.15	3.894	1.869
Tributos a recolher sobre o lucro	4.15	2.211	6.702
Obrigações sociais e trabalhistas	4.16	8.461	4.008
Dividendos propostos	4.17	11.022	12.553
Demais passivos	4.18	7.154	890
		199.062	124.788
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.14	1.165.935	1.182.726
Debêntures	4.14	111.379	115.224
Tributos diferidos sobre o lucro	4.24(a)	15.685	17.963
Benefícios a empregados	4.25.2	2.323	1.418
Demais passivos	4.18	-	26.560
		1.295.322	1.343.891
Patrimônio líquido			
Capital social	4.19	1.221.921	1.011.921
Ajustes de avaliação patrimonial		29.389	33.910
Reserva de capital		315.962	-
Reservas de lucros		190.199	184.211
Patrimônio líquido		1.757.471	1.230.042
Total do passivo e patrimônio líquido		3.251.855	2.698.721

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 – Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de serviços prestados	4.20	252.072	148.345
Custo dos serviços prestados	4.21	(218.823)	(90.760)
Lucro bruto		33.249	57.585
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	4.22 (b)	(43)	(499)
Despesas administrativas	4.22 (a)	(7.353)	(4.789)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.22 (c)	49.496	(1.450)
		42.100	(6.738)
Resultado antes do resultado financeiro		75.349	50.847
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	4.23	(59.617)	29.248
Receitas financeiras		3.938	25.472
Receitas com variação monetária e cambial		3.082	5.111
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		15.732	80.095
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Tributos correntes	4.24(b)	(8.014)	(26.048)
Tributos diferidos		2.807	(1.192)
		(5.207)	(27.240)
Lucro líquido do exercício		10.525	52.855
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações em Reais		3.056,13	18.603,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 – Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	10.525	52.855
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	10.525	52.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	Reservas de Lucros						Lucros Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de capital	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2015	680.921	7.388	110.375		21.611	38.445	-	858.740
Resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	52.855	52.855
Outros resultados abrangentes								
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(4.535)	4.535	-
Aumento de Capital	331.000	-	-	-	-	-	-	331.000
Contribuição e distribuição aos acionistas								
Dividendos adicionais	-	2.643	42.194	-	-	-	(44.837)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(12.553)	(12.553)
Em 31 de dezembro de 2016	1.011.921	10.031	152.569	-	21.611	33.910	-	1.230.042
Resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.525	10.525
Outros resultados abrangentes								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(4.521)	4.521	-
Aumento de capital	210.000	-	-	-	-	-	-	210.000
Contribuição e distribuição aos acionistas								
Constituição de reservas	-	526	12.020	-	-	-	(12.546)	-
Dividendos adicionais	-	-	(11.105)	-	-	-	-	(11.105)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(2.500)	(2.500)
Reversão dividendos propostos em 2016	-	-	12.553	-	-	-	-	12.553
Distribuição dividendos	-	-	-	-	(8.006)	-	-	(8.006)
Reversão dividendos adicionais	-	-	13.605	-	(13.605)	-	-	-
Ágio na incorporação da TUF	-	-	-	315.962	-	-	-	315.962
Em 31 de dezembro de 2017	1.221.921	10.557	179.642	315.962	-	29.389	-	1.757.471

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	10.525	52.855
Ajustes:		
Depreciação e amortização	68.446	24.161
Provisões para perdas	(1.791)	(311)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(3.082)	(5.111)
Despesa com benefícios a empregados	906	745
Despesas financeiras - juros s/ empréstimos	65.135	-
Tributos diferidos sobre o lucro	(2.807)	1.192
	<u>137.332</u>	<u>73.531</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(14.766)	2.185
Estoques	(4.452)	(61)
Tributos a recuperar	13.932	5.180
Depósitos judiciais	(68)	-
Sinistros a recuperar	20.845	8.953
Demais ativos	(96.868)	(45.095)
Fornecedores	(15.881)	(11.806)
Contas a pagar	21.050	-
Tributos a recolher	2.262	(391)
Tributos a recolher sobre o lucro	(4.491)	(5.673)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.453	(2.887)
Demais passivos	(20.296)	26.603
Caixa líquido gerados pelas operações	<u>43.052</u>	<u>50.539</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(10.971)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>32.081</u>	<u>50.539</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(224.759)	(871.483)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(224.759)</u>	<u>(871.483)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos com instituições financeiras	13.614	264.517
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(45.155)	-
Juros Pagos Empréstimos e Financiamentos	(54.412)	(12.615)
Aumento de capital	210.000	175.000
Dividendos pagos	(10.590)	(14.623)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	<u>113.457</u>	<u>412.279</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(79.221)</u>	<u>(408.665)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100.756	509.421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.535	100.756

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6 – Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	278.977	167.513
Outras receitas	55.983	(1.416)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(24)	-
	<u>334.936</u>	<u>166.097</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(28.216)	(12.796)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(100.145)	(33.926)
Outros	(3.989)	(2.962)
	<u>(132.350)</u>	<u>(49.684)</u>
Valor adicionado bruto	<u>202.586</u>	<u>116.413</u>
Depreciação e amortização	(68.446)	(24.160)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>134.140</u>	<u>92.253</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	7.020	30.584
	<u>7.020</u>	<u>30.584</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>141.160</u></u>	<u><u>122.837</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	36.786	20.452
Impostos, taxas e contribuições	27.406	49.379
Remuneração de capitais de terceiros	66.443	151
Remuneração de capital próprio	10.525	52.855
Valor adicionado distribuído	<u><u>141.160</u></u>	<u><u>122.837</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto operacional

4.1.1 - Informações Gerais

A Ultrafértil S.A. ("Ultrafértil" ou "Companhia") é uma Companhia que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiro destinados ou provenientes de transporte aquaviário e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com sede no Município de Santos, São Paulo, as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

Incorporação reversa – TUF Empreendimentos e Participações S.A

A partir de 29 de dezembro de 2017, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da TUF Empreendimentos e Participações S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a Ultrafértil S.A, que passou a suceder a TUF em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na TUF Empreendimentos e Participações S.A., receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da Ultrafértil S.A. será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social.

A incorporação faz parte de um processo de reorganização societária e de negócios envolvendo o grupo econômico da Incorporada e da Incorporadora, que tem como finalidade:

- (i) Adequar a estrutura jurídica que envolve a gestão e a operação do TIPLAM à atual realidade, aproximando as atividades da Incorporadora à holding que a controla indiretamente, a VLI S.A.;
- (ii) racionalizar a estrutura jurídica com a eliminação dos processos e órgãos em duplicidade (diretoria, comitês, conselho de administração e assembleia), o que representará eficiência administrativa e operacional para a Incorporadora e para seu grupo econômico, com a consequente redução e otimização de custos e despesas, e racionalização de seus processos, inclusive em relação à elaboração e arquivamento de atos societários, contratação de despachantes e publicações de atos e demonstrações financeiras; e
- (iii) Consolidar em uma única sociedade os recursos empresariais e patrimônios das Sociedades, permitindo, assim, uma melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das empresas, e, via de consequência, trazendo maiores benefícios para as atividades sócias desempenhadas.

A Ultrafértil S/A incorporou o acervo patrimonial da TUF Empreendimentos e Participações S.A, a valor contábil. Essa reestruturação societária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2017.

Incorporação em dezembro de 2017	Parcela da Incorporação (milhares de reais)
Ativo incorporados	1.689.056
Passivo assumidos	(139.803)
Ativos Líquidos (PL)	1.549.253

Balço Patrimonial da TUF Empreendimentos e Participações S/A - Base Incorporação

Em milhares de Reais	31/10/2017
Ativo	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de Capital	140.000
Investimento	-
Participação Societária	1.233.094
Àgio	315.962
	<u>1.689.056</u>
Total do Ativo	<u>1.689.056</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de Capital	139.803
	<u>139.803</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	1.453.366
Ajuste de avaliação Patrimonial	3.102
Reservas de lucros	102.454
Prejuízos acumulados	(9.669)
Total do patrimônio líquido	<u>1.549.253</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.689.056</u>

4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2018.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

b) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

1) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

iii. Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

iv. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os

benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

d) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 15

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A alteração do IFRS 15 aborda o tema de reconhecimento de receitas oriundas de vendas de mercadorias, produtos acabados e prestação de serviços. Esta nova norma não irá gerar impactos sobre as rotinas e procedimentos adotados para registrar e reconhecer receitas de serviços portuários prestados pela Ultrafertil S.A, sendo que todos os contratos de prestação de serviços portuários foram avaliados considerando o IFRS 15.

A Ultrafertil S.A realizou as análises considerando as 4 fases da metodologia de aplicação:

1 - Identificação do contrato

Para fins de análise e diagnósticos da nova norma sobre receitas, avaliamos de forma abrangente todos os contratos padrões, celebrados para auferir receitas com serviços portuários, inclusive as acessórias, alienação de ativos, entre outros.

2 - Identificação da obrigação de desempenho

As obrigações de desempenho das atividades operacionais do Ultrafertil S.A são alcançadas em um momento específico, ou seja, na origem dos fluxos.

3 - Determinação do preço da transação

A remuneração dos serviços prestados é efetuada pelo montante fixo definido em contrato, sem significativo componente de financiamento. A contraprestação variável, tais como: em conta, descontos, créditos, concessões de preço, devoluções e bônus não fazem parte da política ou prática comercial da Companhia.

4 - Alocação do preço da transação

O preço da transação deve ser alocado a diferentes obrigações a cumprir com base no preço de venda individual relativo. Pode ser o preço individual da venda de um bem ou serviço quando vendido separadamente para um cliente em circunstâncias semelhantes ou para clientes semelhantes. Se o preço individual da venda não for observável de forma direta, estime-o considerando todas as informações razoavelmente disponíveis, como condições de mercado, fatores específicos e classe de clientes.

A Ultrafertil S.A concede acessos aos seus clientes para acompanhar, através de sistemas, as movimentações das cargas no porto e de todas operações acessórias, considerando as características dos fluxos, tais como: Local de origem (procedência) x Local de destino x quantidade (Toneladas).

Considerando as atividades da Ultrafertil S.A, a administração analisou e concluiu que a aplicação da referida norma não trará impactos de reconhecimento de receita em consequência não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

IFRS 9

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de financeiros.

Considerando as atividades da Ultrafértil S.A a administração analisou os impactos e os instrumentos financeiros não trarão novas implicações relevantes no balanço da Companhia.

Relacionado a modelos de provisão para perdas, a nova regra, não é necessário esperar nenhum evento externo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que a inadimplência ou perdas fossem uma possibilidade real.

As provisões para créditos de liquidação dúbida até o fechamento do exercício de 2017 eram constituídas com base em critérios altamente recomendados e nas melhores práticas de mercado.

A Ultrafértil S.A deverá adotar estimativas de possíveis perdas de seus recebíveis com base em cenários macroeconômicos futuros. Em uma análise simplificada e comparativa, a princípio, a Ultrafértil S.A precisará alterar sua estimativa considerando a matriz de inadimplência histórica de percentual por categoria desde vencidos a vencer e assim calcular sua nova estimativa de provisão para perda. A empresa não espera impactos relevantes relacionado a mudança de critério proposto pelo IFRS 9, devido aos baixos níveis de inadimplência da Ultrafértil S.A, por ter o mesmo, o seu negócio integralmente desenvolvido dentro do Mercado Brasileiro, que sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e que não existem componentes de financiamentos nos contratos comerciais.

A Ultrafértil S.A optou por utilizar uma abordagem simplificada para mensurar as perdas de créditos esperadas sobre a sua carteira de recebíveis.

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda.

A partir de 2018 é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço.

Diferentemente da IAS 39, que dividia os ativos financeiros em 4 categorias (empréstimos e recebíveis, ativos financeiros ao valor justo através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento) e os passivos financeiros em 2 categorias (valor justo através dos resultados e outros passivos financeiros), a IFRS 9 cria apenas 2 categorias para instrumentos financeiros: Ativos financeiros ao valor justo (por meio do Resultado ou do PL) e ativos financeiros ao custo amortizado. Tanto o modelo de negócios da entidade como as características do instrumento financeiro definirão a categoria mais apropriada para cada caso.

Em 31 de dezembro de 2017 o grupo tem principalmente, Caixa e Equivalentes, Contas a Receber, Contas a Pagar, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, caracterizados como Instrumentos Financeiros, sendo todos com mínima exposição a juros e caso tivesse seria melhor classificado pelo valor justo ao resultado. Assim atendendo ao especificado no IFRS 9, ativos ou passivos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado são, em sua maioria, ativos e passivos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto.

IFRS 16

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A norma é efetiva para os períodos anuais com início em ou após de 1 de Janeiro de 2019.

A norma contábil estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A VLI deverá aplicar esta norma de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares. A VLI pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1 de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

Todos os contratos de arrendamentos serão reconhecidos no Balanço; Ativos Direitos de Uso passarão a ser reconhecidos; Passivos de arrendamentos registrados; e registros das operações idênticos às compras financiadas de um ativo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de "empréstimos e recebíveis". Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD").

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

d) Estoques

Os itens de almoxarifado classificados como estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou valor líquido de realização (valor estimado de venda, menos o custo estimado para realizar a venda), quando inferior. As provisões para ajuste ao valor de realização são constituídas para estoques obsoletos quando o preço de venda, líquido dos tributos e das despesas fixas com vendas, for inferior ao preço do seu custo de aquisição ou formação.

e) Tributos sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

As alíquotas dos impostos diferidos e correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.11.

g) Intangível

Direito contratual

Está representado pela mais valia paga pela Ultrafértil que detém autorização de operação do terminal portuário privado até dezembro de 2043.

h) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*"impairment"*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

l) Benefícios a empregados

i. Fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia possui planos de aposentadoria, dentre os quais, que apresentam situações superavitárias e deficitárias. Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit pela Companhia, ficando somente demonstrado em nota explicativa. Para os planos com a posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos, são reconhecidos no resultado do exercício e resultado abrangente. Os registros contábeis dos planos deficitários também são demonstrados em nota explicativa.

Para os planos em que Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o método de crédito projetado. As despesas são projetadas para o período seguinte, os ganhos e perdas atuariais são apontados e registrados. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

ii. Participação nos lucros

A Companhia adota a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho da área de atuação e desempenho da Companhia. A Companhia efetua a provisão mensalmente respeitando o regime de competência, e entende que o montante estimado é razoável, devendo ocorrer a saída de recursos no futuro. A contrapartida da provisão é registrada como custos de serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a lotação do empregado em atividades produtivas ou administrativas, respectivamente.

As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Ultrafértil S.A.

iii. Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos da Companhia, através de depósitos bancários em conta corrente específica da Companhia, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

A transação será realizada por meio de uma conta corrente da Companhia, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: *valuation* em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

m) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

i - Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente; ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

ii- Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

n) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

o) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

p) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Ações ordinárias - custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q) Apresentação de informação por segmentos

A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado ("DVA"), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a Companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

t) Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia realizou atividades de investimentos não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração de Fluxos de Caixa.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos e financiamentos	63.518	117.051
Adição ao imobilizado juros capitalizados	63.518	117.051
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	156.000
Patrimônio Líquido	-	156.000
Dividendos Propostos	-	12.553
Patrimônio líquido	-	12.553
Incorporação de juros no principal da dívida (FINEM)	74.754	73.812
Juros Capitalizados (FINEM)	<u>74.754</u>	<u>73.812</u>

4.4 – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	5.018	247
Aplicações financeiras (a)	<u>16.517</u>	<u>100.509</u>
	<u>21.535</u>	<u>100.756</u>

(a) Aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 92,22% em 31 de dezembro de 2017 e 96,32% em 31 de dezembro de 2016 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.5 – Contas a receber

Circulante	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber de clientes	7.252	4.076
Contas a receber partes relacionadas	19.185	7.595
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(24)	-
	<u>26.413</u>	<u>11.671</u>

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	24.284	10.359
Vencidos até 3 meses	2.134	1.148
Vencidos de 3 a 6 meses	19	164
	<u>26.437</u>	<u>11.671</u>

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.6 – Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a receber		
Vale Fertilizantes S.A	19.185	7.595
	<u>19.185</u>	<u>7.595</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		
PASA	1	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A	120	54
VLI Multimodal S.A	45	10.970
Fundação Vale do Rio Doce	98	92
VLI S.A	-	766
Vale S.A	1	1.886
	<u>265</u>	<u>13.768</u>
Demonstração do Resultado		
Receita bruta de serviços prestados (*)		
Vale Fertilizantes S.A	114.552	128.563
	<u>114.552</u>	<u>128.563</u>
Custos e Despesas		
Custo dos serviços		
PASA	(4)	-
	<u>(4)</u>	<u>-</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(547)	(317)
	<u>(547)</u>	<u>(317)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos (*)		
Vale Fertilizantes S.A	-	(931)
VLI Multimodal S.A	(6.080)	(3.823)
VLI S.A	(1.422)	(766)
	<u>(7.502)</u>	<u>(5.520)</u>

(*) A receita bruta de serviços prestados refere-se a operações de descarga de produtos. As despesas com compartilhamento de gastos representam os gastos com serviços prestados, envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

4.7 – Estoques

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Peças e componentes de equipamentos / instalações	1.044	4.682
Combustíveis, lubrificantes e gases	514	-
Materiais elétricos / eletrônicos	1.544	-
Materiais de expediente e outros	6.264	232
Provisão para perdas em itens de estoque	-	(1.815)
	<u>9.366</u>	<u>3.099</u>

4.8 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Tributos antecipados sobre o lucro	335	-
	<u>335</u>	<u>-</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	186	170
Imposto de renda retido na fonte	1.844	7.891
PIS e COFINS a compensar	1.292	511
Outros	703	287
	<u>4.025</u>	<u>8.859</u>
Não Circulante		
PIS e COFINS a compensar	1.538	-
	<u>1.538</u>	<u>-</u>

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

4.9 – Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

Movimentação	31/12/2017		31/12/2016	
	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para processos judiciais
Saldo no início do período	47.063	99.123	71.664	92.164
Movimentações	(21.663)	(57.278)	(24.601)	6.959
Reembolso	(25.332)	(41.845)	(47.063)	(99.123)
Saldo no final do período	68	-	-	-

Depósitos judiciais (movimentação):

	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
Trabalhistas	-	64	-	4	68
	-	64	-	4	68

Na cisão parcial da Ultrafertil S.A, ocorrida em 1º de junho de 2012, as provisões de passivos contingentes foram vertidas pelos respectivos valores contábeis (à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A.).

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafertil S.A pela TUF Empreendimentos e Participações S.A, ficou estabelecido que quaisquer contingências que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Vale Fertilizantes S.A. detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Vale Fertilizantes S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, após análise de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões na Companhia sob responsabilidade exclusiva da Ultrafertil S.A.

4.9.1 – Passivos contingentes

A Ultrafertil possui ações cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante estimado de passivos contingentes possíveis é de R\$ 9.577 (R\$ 4.936 em 2016).

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	5.383	-
Cíveis	64	-
Tributárias	4.059	4.936
Ambiental	71	-
	9.577	4.936

4.10 – Sinistros a recuperar e demais ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Sinistros a recuperar (a)	338	21.183
Total sinistros a recuperar	338	21.183
Circulante		
Adiantamento a empregados	624	472
Incentivos fiscais	565	-
Outras contas	149	225
Total demais ativos circulantes	1.338	697
Não circulante		
Incentivos fiscais	272	-
Adiantamento a empregados	287	573
Outras contas	22.753	20.636
Total demais ativos não circulantes	23.312	21.209

(a) Referem-se aos gastos da Companhia com acidentes ocorridos em seu terminal portuário.

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Responsabilidade Civil Operador Portuário	All Risk	USD 50.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos Menores e aprendizes	24 x Salário Base R\$ 13

4.11 – Imobilizado

4.11.1 – Composição do imobilizado:

				31/12/2017	31/12/2016	
Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	25 a 60 anos	4,55%	1.613.285	(66.416)	1.546.869	73.892
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 a 60 anos	5,08%	386.792	(10.078)	376.714	-
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,62%	868.592	(211.676)	656.916	83.425
Veículos	3 a 5 anos	20,33%	485	(414)	71	141
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	4.513	(217)	4.296	247
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	284	(241)	43	65
			2.873.951	(289.042)	2.584.909	157.770
Terrenos			79	-	79	79
Benfeitorias em curso			123.014	-	123.014	2.330.305
			123.093	-	123.093	2.330.384
Total líquido			2.997.044	(289.042)	2.708.002	2.488.154

4.11.2 – Movimentação do imobilizado:

Imobilizado – Custo	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre categorias	31/12/2017
Imóveis	118.804	-	-	1.314.973	179.508	1.613.285
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	-	-	256.260	130.532	386.792
Equipamentos autônomos	258.403	-	-	920.361	(310.172)	868.592
Veículos	582	-	(68)	-	(29)	485
Bens administrativos/auxiliares	395	-	-	3.974	144	4.513
Equipamentos e aplicativos de informática	284	-	-	-	-	284
	378.468	-	(68)	2.495.568	(17)	2.873.951
Terrenos	79	-	-	-	-	79
Benfeitorias em curso*	2.330.305	294.944	(6.667)	(2.495.568)	-	123.014
	2.330.384	294.944	(6.667)	(2.495.568)	-	123.093
Total líquido	2.708.852	294.944	(6.735)	-	(17)	2.997.044

*O montante de R\$ (6.667) refere-se a reversões de adiantamentos a fornecedores efetuados entre os períodos de 2016 e 2017.

4.11.3 – Depreciação do imobilizado:

Imobilizado - depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências entre categorias	31/12/2017
Imóveis	(44.912)	(21.504)	-	-	(66.416)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	(10.078)	-	-	(10.078)
Equipamentos autônomos	(174.978)	(36.715)	-	17	(211.676)
Veículos	(441)	(41)	68	-	(414)
Bens administrativos/auxiliares	(148)	(69)	-	-	(217)
Equipamentos e aplicativos de informática	(219)	(22)	-	-	(241)
Total líquido	(220.698)	(68.429)	68	17	(289.042)

4.11.4 – Imobilizado em curso:

Benfeitorias em curso	31/12/2017	31/12/2016
Melhoria, modernização e expansão portuária	123.014	2.330.305
	123.014	2.330.305

4.12 – Intangível

4.12.1 – Composição do Intangível

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	31/12/2017 Líquido	31/12/2016 Líquido
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	670	(601)	69	86
Direito contratual (i)	5 anos	20,00%	315.962	-	315.962	-
			316.632	(601)	316.031	86

4.12.2 – Movimentação do Intangível

Intangível- Custo	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Softwares adquiridos	670	-	670
Direito contratual (i)	-	315.962	315.962
	670	315.962	316.632

4.12.3 – Amortização do Intangível

Intangível - Amortização	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Softwares adquiridos	(584)	(17)	(601)
	(584)	(17)	(601)

(i) Contrato de Adesão Portuária da Ultrafértil - Quando desta aquisição de investimentos, a Ultrafértil registrou, em seu balanço patrimonial, um ágio em decorrência do custo de aquisição. O ágio, reconhecido como custo de aquisição, foi constituído com base nos fundamentos econômicos de rentabilidade futura do terminal portuário - TIPLAM.

4.13 – Fornecedores e contas a pagar

O saldo refere-se substancialmente a compra de serviços, combustíveis, materiais, destinados a operação e manutenção das instalações da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores terceiros (a)	39.419	42.748
Fornecedores partes relacionadas	265	13.768
	39.684	56.516
Contas a pagar (b)	21.050	-
	21.050	-
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	(1.750)	42.584
Mercado externo	41.169	164
	39.419	42.748

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras ("Conveniadas"). Até 31 de dezembro de 2017 as aquisições totalizavam R\$ 21.050, com prazo médio de pagamento de 90 dias.

4.14 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Encargos Financeiros</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante			
FINEM	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	95.651	30.512
Custo de Transação		(937)	(913)
		94.714	29.599
Debêntures	IPCA + 6,05% a IPCA + 9,0603%	10.953	12.726
Custo de Transação (Debêntures)		(81)	(75)
		10.872	12.651
Total Circulante		105.586	42.250
Não circulante			
FINEM	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	1.174.212	1.191.703
Custo de Transação		(8.277)	(8.977)
		1.165.935	1.182.726
Debêntures	IPCA + 6,05% a IPCA + 9,0603%	112.085	115.944
Custo de Transação (Debêntures)		(706)	(720)
		111.379	115.224
Total não circulante		1.277.314	1.297.950
Total Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.382.900	1.340.200

4.14.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>				<u>Amortização</u>				<u>31/12/2017</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros Apropriados (*)</u>	<u>Juros Capitalização</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Juros Capitalização</u>	<u>Custo de transação</u>	
Ultrafértil										
FINEM	1.222.215	13.614	112.793	74.754	-	(36.024)	(42.735)	(74.754)	-	1.269.863
DEBÊNTURES	128.670	-	14.854	-	-	(9.131)	(11.355)	-	-	123.038
Custo de Transação	(10.685)	-	-	-	(322)	-	-	-	1.006	(10.001)
	1.340.200	13.614	127.647	74.754	(322)	(45.155)	(54.090)	(74.754)	1.006	1.382.900

(*) O valor de R\$ 63.194 dos juros apropriados, decorrentes dos empréstimos, financiamentos e debêntures, no período de 2017 e R\$ 324 dos custos de transação amortizados no período, foram alocados para o ativo imobilizado.

4.14.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	90.597
2019	109.447	97.043
2020	117.127	104.449
2021	125.681	112.971
2022	135.214	123.123
2023 em diante	789.845	769.767
	<u>1.277.314</u>	<u>1.297.950</u>

4.14.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos conforme indicado no quadro abaixo:

	<u>Saldo do Financiamento em dez/17</u>	<u>Total Garantido</u>	<u>Garantias</u>
Ultrafertil			
DEBÊNTURE	123.038	123.038	Contrato de penhor de ações
	<u>123.038</u>	<u>123.038</u>	

Avais, Fianças e Cartas de Crédito

A VLI S.A é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

As cartas fianças e cartas de crédito contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cartas Fiança	391.262	330.840
Cartas de Crédito	26.937	38.527

4.14.4 - Covenants

Em 31 de dezembro de 2017 a Ultrafertil S.A possuía os seguintes covenants financeiros em alguns contratos de dívida: Dívida Líquida/EBITDA (LAJIDA - Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e Patrimônio Líquido/Ativo Total. Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes covenants de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

4.15 – Tributos a recolher, tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributos a recolher		
Circulante		
ICMS (Impostos s/ circulação de mercadorias e serviços)	7	15
IRRF (Imposto de renda retido na fonte)	392	637
PIS, COFINS	1.771	-
ISS (Imposto s/ serviços)	1.724	1.217
Total Tributos a recolher	<u>3.894</u>	<u>1.869</u>
Tributos a recolher sobre lucro		
IRPJ/CSLL (Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro)	2.211	6.702
Total Tributos a recolher sobre lucro	<u>2.211</u>	<u>6.702</u>

4.16 – Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações Trabalhistas		
Salários e encargos	3.170	3.117
Provisão para férias e 13º salário	2.159	891
Participação nos resultados	3.132	-
	<u>8.461</u>	<u>4.008</u>

4.17 – Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	10.525	52.855
Reserva legal - 5%	(526)	(2.643)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	<u>9.999</u>	<u>50.212</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	2.500	12.553
Dividendos adicionais	11.105	-
Pagamentos dividendos 2017	(2.583)	-
Dividendos propostos a pagar	<u>11.022</u>	<u>12.553</u>

Acionista	Dividendos obrigatórios	Dividendos adicionais	Dividendos pagos	Saldo a pagar
Vale Fertilizantes S.A.	428	2.156	(2.583)	-
VLI Multimodal S.A.	2.072	8.949	-	11.022
	<u>2.500</u>	<u>11.105</u>	<u>(2.583)</u>	<u>11.022</u>
Dividendos pagos	2.583			
Dividendos a pagar	11.022			

4.18 – Demais passivos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Adiantamento de clientes	6.825	-
Provisão para franquia de seguro	-	750
Outros circulantes	329	140
	<u>7.154</u>	<u>890</u>
Não circulante		
Indenização contratual a pagar	-	26.560
	<u>-</u>	<u>26.560</u>
	<u>7.154</u>	<u>27.450</u>

4.19 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2016 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 156.000, mediante a emissão de 447.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Tal ato elevou o seu capital social de R\$ 680.921 para R\$ 836.921.

Em 07 de outubro de 2016 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 175.000, mediante a emissão de 482.679 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Tal ato elevou o seu capital social de R\$ 836.921 para R\$ 1.1011.921.

Em 01 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 170.000, mediante a emissão de 469.294 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 19 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 40.000, mediante a emissão de 110.422 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os referidos atos, elevou o capital social da Companhia para R\$ 1.221.921.

Em 29 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral aprovou o protocolo de incorporação da TUF Empreendimentos e Participações S/A.

ULTRAFERTIL S.A.			
Quadro societário após a Incorporação			
ACIONISTA	QUANTIDADE AÇÕES	VALOR (R\$ mil)	PARTICIPAÇÃO (%)
VALE FERTILIZANTES S/A	680.293	209.071	17,11%
VLI MULTIMODAL S/A	3.295.016	1.012.850	82,89%
TOTAL	3.975.309	1.221.921	100,00%

b) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos do artigo 202 da Lei das sociedades anônimas. No exercício de 2017 a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva legal de R\$ 526 (R\$ 2.643 em 2016) que está sujeita à aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas. A reserva de lucros também terá outras destinações conforme deliberado pelos acionistas em Assembleia Geral.

c) Reserva de Expansão

No exercício de 2017, a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva para expansão, sujeita à aprovação da Assembleia Geral dos acionistas no montante R\$ 12.020 (R\$ 42.194 em 2016).

A reserva é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

d) Reserva de Capital

A reserva de capital refere-se ao registro do ágio, no montante de R\$ 315.962, originado da incorporação da TUF Empreendimentos e Participações S.A o ano de 2017, uma vez que possui os fundamentos econômicos originais do ágio, devendo, mediante a Incorporação, ser destinada como Reserva especial de ágio na incorporação, no grupo de reserva de Capital da Incorporadora.

e) Dividendos

Os dividendos mínimos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os mesmos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

Em 28 de abril de 2017, a Assembleia Geral decidiu abdicar do direito ao recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016 (R\$ 12.553), para a constituição de reserva de lucros. Tal decisão foi para garantir a preservação e manutenção do equilíbrio financeiro dos fluxos de investimentos em 2017 e 2018.

Em 01 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral decidiu:

- Rerratificação da destinação do resultado do exercício social de 31 de dezembro de 2012 e a data de pagamento. Os dividendos adicionais declarados à época, passou de R\$ 21.611 para R\$ 8.006, devidos ao acionista Vale Fertilizantes S/A com pagamento previsto para até 30 de novembro de 2017. A parcela de R\$ 13.605 foi destinada à conta de Reserva de Expansão.
- Aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 13.605, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2017, utilizando a Reserva de Expansão. Deste montante, R\$ 2.583 para pagamento até 28 de dezembro de 2017 e R\$ 11.022 para pagamento conforme disponibilidade de caixa, inclusive após encerramento do exercício de 2017. Como o dividendo mínimo apurado e proposto em 2017 no montante de R\$ 2.500 foi inferior ao aprovado em assembleia, a diferença (R\$ 11.105) foi tratada como dividendos adicionais, utilizando a reserva de expansão.

4.20 – Receita líquida de serviços prestados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Bruta		
Receita de serviços portuários	290.809	167.513
	290.809	167.513
Impostos sobre serviços		
ISS	(8.843)	(4.744)
PIS	(3.101)	(2.573)
COFINS	(14.961)	(11.851)
	(26.905)	(19.168)
	263.904	148.345
Descontos		
Devolução de vendas	(11.832)	-
	252.072	148.345

4.21 – Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/12/2015</u>
Pessoal	(39.077)	(19.972)
Material	(6.225)	(3.973)
Combustíveis	(1.528)	(722)
Serviços contratados	(81.138)	(25.851)
Depreciação	(68.434)	(24.113)
Tributos e taxas	(2.152)	(1.859)
Alugueis	(6.605)	(8.955)
Seguros	(2.723)	(1.651)
Utilities	(10.105)	(3.404)
Viagens	(836)	(213)
Outros	-	(47)
	(218.823)	(90.760)

4.22 – Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	(344)	(24)
Serviços contratados	(51)	(176)
Compartilhamento de gastos	(6.958)	(4.589)
	<u>(7.353)</u>	<u>(4.789)</u>

b) Despesas com vendas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	-	(403)
Material	-	(10)
Serviços contratados	(27)	(16)
Depreciação	(12)	(47)
Tributos e taxas	(4)	(3)
Alugueis	-	(12)
Utilities	-	(6)
Viagens	-	(2)
	<u>(43)</u>	<u>(499)</u>

c) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Venda de materiais	360	754
Recuperação de despesas	15.167	-
Multas contratuais	-	204
Receita com gerenciamento de dragagem (a)	40.440	-
Outros	16	-
	<u>55.983</u>	<u>958</u>

Outras despesas operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributárias	(1.641)	(21)
Provisão para desvalorização de estoque	1.822	-
Outras operacionais	(6.644)	(2.387)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(24)	-
	<u>(6.487)</u>	<u>(2.408)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>49.496</u>	<u>(1.450)</u>

(a) Refere-se a conclusão do gerenciamento da obra de dragagem do canal de Piaçaguera em dezembro de 2017.

4.23 – Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	3.858	25.136
Juros, taxa e multas de mora	74	315
Outras receitas financeiras	6	21
	<u>3.938</u>	<u>25.472</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(329)	-
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(64.682)	-
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(453)	-
Despesas com PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(194)	(1.184)
Juros, taxas e multas	(502)	(21)
Outras despesas financeiras	(477)	(130)
	<u>(66.637)</u>	<u>(1.335)</u>
Receitas com variação monetária e cambial		
Receitas com variação monetária e cambial	3.082	5.111
	<u>3.082</u>	<u>5.111</u>
Resultado financeiro	<u>(59.617)</u>	<u>29.248</u>

4.24 – Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
Não circulante		
Imposto de renda diferido		
Outras provisões	1.762	1.372
	<u>1.762</u>	<u>1.372</u>
Contribuição social diferida		
Outras provisões	634	495
	<u>634</u>	<u>495</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>2.396</u>	<u>1.867</u>
Passivo		
Não circulante		
Tributos diferidos sobre o lucro		
IR/CS sobre depreciação acelerada	546	494
IR/CS sobre ajustes de valores patrimoniais	15.139	17.469
Total Tributos diferidos sobre o lucro	<u>15.685</u>	<u>17.963</u>

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ano de 2017	-	1.867
Ano de 2018	2.396	-
	<u>2.396</u>	<u>1.867</u>

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes da tributação	15.732	15.732	80.095	80.095
Resultado antes do IRPJ e CSLL	15.732	15.732	80.095	80.095
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	210	210	-	-
Despesas não dedutíveis	216	216	856	856
Outras	165	389	(211)	13
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida	31	31	-	-
Reversão de provisão para perdas de materiais, líquida	(1.815)	(1.815)	(311)	(311)
Constituição (reversão) de participação nos resultados, líquida	3.132	3.132	(9.914)	(9.914)
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	6.311	6.311	6.872	6.872
Constituição de perdas de créditos, líquida	24	24	-	-
Base de cálculo	24.006	24.230	77.387	77.611
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(5.977)	(2.181)	(19.323)	(6.985)
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	144	-	260	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.833)	(2.181)	(19.063)	(6.985)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.049	758	(891)	(301)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.640)	(1.423)	(19.694)	(7.286)
Alíquota efetiva total	24,05%	9,05%	8,40%	7,23%

4.25 – Benefícios a empregados

4.25.1- Planos de Previdência Privada

A Companhia, por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social – PETROS, mantém plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Desde outubro de 2011, novo plano de previdência complementar entrou em vigor (Plano Vale Mais - VALIA) com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença), esse plano atende apenas os funcionários não atendidos pelo Plano PETROS.

A Companhia, em conformidade com convenções trabalhistas mantidas com os sindicatos, proporciona benefícios pós-emprego envolvendo os planos de saúde e multa de FGTS. A Companhia constitui passivos inerentes a estes benefícios com base nos laudos atuariais emitidos por consultoria especializada.

a) Contribuições

Em 31 de dezembro de 2017 esse plano de previdência possuía 5 participantes (3 participantes em 2016). No exercício de 2017, a Companhia contribuiu para a PETROS com o montante de R\$ 55 (R\$ 74 em 2016). A taxa de contribuição para a PETROS é de 12,93% sobre os salários dos funcionários filiados a esse plano.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 o plano de previdência Vale Mais – VALIA, possuía 233 participantes (229 participantes em 2016).

No exercício de 2017, a Companhia contribuiu para a VALIA com o montante de R\$ 547 (R\$ 317 em 2016).

b) Principais premissas atuariais

	Plano de Pensão Vale Mais		Plano de Pensão Petros		Outros Benefícios Multa FGTS	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Principais premissas atuariais						
<i>Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido</i>						
1. Taxa nominal de desconto	9,64%	12,15%	9,62%	12,68%	9,19%	12,68%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,34%	8,12%	4,18%	6,00%	3,83%	6,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,25%	6,00%	4,18%	6,00%	3,83%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,25%	6,00%	4,18%	6,00%	3,83%	6,00%
<i>Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido</i>						
1. Taxa nominal de desconto	12,26%	11,13%	12,26%	13,10%	12,68%	11,28%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT- 2000Basic	AT- 2000Basic	AT- 2000Basic	AT- 2000Basic	AT- 2000Basic	AT- 2000Basic
<i>Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</i>						
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19,5457	20,4468	16,4464	20,4468	20,0456	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	41,5925	20,4468	35,8969	20,4468	42,0920	20,4468

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	31/12/2017	31/12/2016
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	1.187	(1.425)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	473	267
3. Resultado obrigação do Benefício Definido	(1.343)	2.809
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(436)	(397)
5. Contribuição de Participante	(92)	(66)
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	(211)	1.188

4.25.2- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos da Companhia tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último teve início em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a Companhia a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Incentivo de longo prazo – I L P

<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>2.323</u>	<u>1.418</u>
<u>2.323</u>	<u>1.418</u>

4.26 – Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto da VLI S.A.

Risco de Mercado

a) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados possíveis importações de estoque e imobilizado.

b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos que terão taxas de juros fixas e aplicações financeiras que são de curto prazo e remuneradas pela CDI; que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros sobre receita financeira

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,89%	6,20%	5,51%	4,48%

(i) A taxa do final do exercício do ano de 2016.

	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	3.858	3.473	3.087	2.508

b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros sobre empréstimos

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debentures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores (CDI, TJLP, IPCA e TR).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	7,00%	7,70%	8,40%	9,45%
IPCA	2,94%	3,23%	3,53%	3,97%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média ponderada do ano de 2017.

	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros – TJLP	57.251	62.976	68.701	77.288
Encargos Financeiros – IPCA	7.432	8.175	8.918	10.033

c) Riscos de créditos

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços portuários, como manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado de carga geral. O principal fator de risco de crédito que pode afetar o negócio é a concessão de crédito aos clientes, mas que para minimizar

essas possíveis perdas, a Companhia adota política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados, e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada da VLI S.A., sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

A eficiência e a gestão do fluxo de caixa, são elaboradas com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.382.900	1.340.200
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.535)	(100.756)
Dívida Líquida	<u>1.361.365</u>	<u>1.239.444</u>

e) Risco operacional

A Ultrafertil S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.10).

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Em milhares de Reais	Valor Contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	21.535	100.756	21.535	100.756	Nível 2
Contas a receber de clientes	7.228	4.076	7.228	4.076	Nível 2
Contas receber partes relacionadas	19.185	7.595	19.185	7.595	Nível 2
	47.948	112.427	47.948	112.427	
Passivo					
Empréstimos, financiamentos	1.260.649	1.212.325	1.260.649	1.212.325	Nível 2
Debêntures	122.251	127.875	122.251	127.875	Nível 2
Fornecedores terceiros	39.419	42.748	39.419	42.748	Nível 2
Contas a pagar	21.050	-	21.050	-	Nível 2
Fornecedores Partes relacionadas	265	13.768	265	13.768	Nível 2
	1.443.634	1.396.716	1.443.634	1.396.716	

f) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto da VLI S/A . A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Total passivo	1.494.384	1.468.679
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.535)	(100.756)
	1.472.849	1.367.923
Patrimônio líquido	1.757.471	1.230.042

4.27 – Eventos subsequentes

Em 2018, A Companhia recebeu de sua controladora VLI Multimodal S.A, AFAC's (adiantamento para futuro aumento de capital) no montante de R\$ 52.000, sendo R\$ 32.000 em Jan-2018 e R\$ 20.000 em fev-2018.

5 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcus Vinicius de Faria Penteadó

Presidente

Conselheiros

Gustavo Serrão Chaves

Ivan Malekzadeh Fadel

Roberto Furtado de Mendonça Moretzsohn

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Samuel Pereira Silva

Suplentes

Pedro de Campos Azevedo

Leandro Fulgêncio Vieira

Renato Manguiera Saleme

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto

Fabio Leonardo da Silva Fernandes

Diretoria

Alessandro Pena da Gama

Diretor

Igor Bretas de Figueiredo

Diretor

Márcia Mara Chaves Resende

Gerente de Contabilidade – CRC-MG 078483/O-8

Honorio Elias de Araujo

Contador - CRC-MG 076836/O-0